

TECNOPOLÍTICAS EM LISBOA: REDES HÍBRIDAS COMO BASE PARA A CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO BIP/ZIP

TECHNOPOLITICS IN LISBON: HYBRID NETWORKS AS THE BASIS FOR CREATING A BIP/ZIP OBSERVATORY

Ana Carolina C. Farias¹, Alexandra Paio¹

RESUMO:

A condição digital levanta novas oportunidades à participação cidadã nos processos de tomada de decisão e oferece novos meios de interação que potenciam a organização e ação política coletiva. No momento em que o desenho de políticas públicas para as cidades é crucial, torna-se primordial a inclusão e criação de novas formas de distribuição de poder entre pessoas e organizações envolvidas nos processos tecnopolíticos. O presente artigo analisa um conjunto de dispositivos tecnopolíticos criados via bottom-up, no âmbito do programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) do Município de Lisboa. O método de análise assenta-se num conjunto de critérios de leitura dos atores envolvidos, das redes formadas e dos meios utilizados. O estudo permite uma reflexão crítica sobre o papel da dimensão digital na articulação e expansão da participação em territórios prioritários, entre entidades parceiras e comunidades. Os resultados sublinham a pertinência do desenho de um observatório capaz de monitorizar o impacto do programa BIP/ZIP na cidade de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE: tecnopolítica; cultura digital; comunidades de prática; Lisboa.

ABSTRACT:

The digital condition raises new opportunities for citizen participation in decision-making processes and offers new means of interaction that enhance collective organization and political action. At a time when the design of public policies for cities is crucial, the inclusion and creation of new forms of power distribution among people and organizations involved in technopolitical processes becomes paramount. This article analyses a set of technopolitical devices created via bottom-up, within the scope of the Priority Intervention Neighbourhoods and Zones (BIP/ZIP), a Lisbon Municipality's program. The analysis method is based on a set of criteria for reading the actors involved, their networks and means. The study allows a critical reflection on the role of the digital dimension in the articulation and expansion of participation in priority territories, between partner entities and communities. The results underline the pertinence of the design of an observatory capable of monitoring the impact of the BIP/ZIP program in the city of Lisbon.

KEYWORDS: *Technopolitics; communities of practice; digital culture; Lisbon.*

¹Iscte - Instituto
Universitário de Lisboa

Fonte de Financiamento:
da Bolsa de Mérito de 3^o
Ciclo da Escola de
Arquitetura e Tecnologias do
ISCTE- Instituto Universitário
de Lisboa e do projeto FCT
UIDB/04466/2020.

Conflito de Interesse:
Declara não haver.

Submetido em: 03/02/2020

How to cite this article:

FARIAS, A. C., PAIO, A. Tecnopolíticas em Lisboa: redes híbridas como base para a criação de um observatório BIP/ZIP. *Gestão & Tecnologia de Projetos*. São Carlos, v15, n3, p.18-, 2020.

<https://doi.org/10.11606/gtp.v15i3.166316>



INTRODUÇÃO

A cultura digital, ao afirmar-se como paradigma no início de século XXI (STALDER, 2018), reflete importantes alterações nos ecossistemas de processos e métodos colaborativos nas disciplinas do *design* e nas relações destas com a participação cívica. O movimento de dados abertos governamentais e a difusão de plataformas de participação, enquanto respostas *top-down* de governos e instituições às exigências cidadãs por transparência (*accountability*) e inclusão, trazem consigo desafios e oportunidades para a colaboração entre cidadãos, organizações públicas, privadas e governos (MAINKA et al., 2015). A Web 2.0 possibilita o ativismo digital e a produção *bottom-up* de ferramentas úteis para a comunicação entre pares e articulação política de indivíduos e grupos (FOTH, et al., 2015).

O uso político da tecnologia, nomeadamente das novas tecnologias digitais de informação e comunicação, cunhado como tecnopolítica (KELLNER, 2001), prospecta a democratização do conhecimento através da possibilidade de cada cidadão se tornar criador, editor, distribuidor e ativista (FOTH, et al., 2015).

Os movimentos rebeldes conhecidos como a *Primavera Árabe*, o *15M* na Espanha, *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e alguns de seus ecos, impulsionaram os estudos sobre tecnopolíticas na última década, devido ao uso que esses grupos fizeram da internet e das redes sociais para se organizarem e difundirem reivindicações (MEDINA, 2015). Em 2020, durante o período de isolamento social, imposto pela pandemia de COVID-19, em que o ciberespaço foi experimentado como único espaço público possível, as tecnopolíticas foram amplamente utilizadas para a compreensão e ação sobre o problema vivido, e para reconfiguração de diversas tarefas do cotidiano (HAN, 2020; CASTELLS, 2020).

Diversos estudos referem-se à tecnopolítica de forma mais abrangente, para determinar a relação intrínseca entre desenvolvimento tecnológico e política, partindo do pressuposto de que não existe neutralidade nesse desenvolvimento (TRERÉ & BARRANQUERO, 2018). Segundo Kurban, Peña-Lopez e Haberer (2016), a produção *top-down* de tecnopolíticas, focada na eficiência e eficácia das organizações, reforça sistemas de controle, enquanto a produção *bottom-up* subverte o uso de ferramentas legais e políticas, cujas consequências ainda carecem de mais estudos.

A institucionalização da participação, cujo processo acentuou-se a partir da década de 1980 (PATEMAN, 2012), levou ao desenvolvimento de diversas metodologias, ferramentas e, nas últimas décadas, de plataformas com forte dimensão digital que pretendem oferecer um espaço de partilha de informações, de colaboração e deliberação. São exemplos, os observatórios, as plataformas de dados abertos, as plataformas de deliberação, os laboratórios cívicos para a experimentação de projetos e, ainda, uma grande diversidade de aplicações para levantamento, processamento e visualização de informações sobre territórios e redes (FARIAS & PAIO, 2019). Porém, a capacidade de funcionarem de fato como arenas para participação, como instrumento para a realização do direito à cidade, depende da interação que conseguem proporcionar entre cidadania, governo e atores não humanos, da distribuição de poder (ARNSTEIN, 1969) que essa interação reflete, além da superação da desigualdade no acesso às infraestruturas e literacia digitais.

Perante estes desafios, o município de Lisboa tem sido chamado a supervisionar a sua política pública de regeneração urbana denominada de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), através da criação de um observatório. O Programa de Parcerias Locais BIP/ZIP (PPL), criado durante a discussão sobre a política de habitação, em 2011, financia pequenos projetos promovidos por organizações de base, em 67 territórios carenciados do município, como estratégia de desenvolvimento local. Compreendendo a habitação enquanto habitat, ou seja, composta pelas dimensões socio económicas, urbanísticas e ambientais, o PPL permite

um leque muito amplo de atividades financiáveis que vão da reabilitação de espaços públicos à formação e geração de empregos (CML, 2012). O Observatório BIP/ZIP (OBZ) permitiria a monitorização dos territórios prioritários e o acompanhamento dos processos participativos no âmbito do PPL, definindo estratégias baseadas em dados e indicadores de previsão.

Neste contexto, o presente artigo pretende sublinhar a importância da cultura digital na expansão dos dispositivos tecnopolíticos na participação cidadã e contribuir para o desenho de um observatório, partindo do levantamento e análise de um conjunto de experiências BIP/ZIP com tecnopolíticas produzidas por diversos atores locais que fazem parte desse ecossistema. Ao longo dos anos, vários projetos BIP/ZIP desenvolveram dispositivos tecnopolíticos para comunicar e organizar suas ações. O próprio município de Lisboa, dispõe de diversas plataformas digitais para facilitar a participação cidadã, ainda que dispersos em diferentes canais e com resultados ainda pouco estudados (ALLEGRETTI et al., 2016).

Neste estudo, analisamos os dispositivos tecnopolíticos desenvolvidos via *bottom-up* pela iniciativa local, no âmbito do BIP/ZIP que, de diferentes formas, buscaram articular suas ações nos territórios, através da identificação dos atores, redes e meios utilizados. Complementam esta reflexão, outros estudos que analisam o desenvolvimento de dispositivos tecnopolíticos *top-down* criados pelo município. Deste modo, é possível compreender a cultura de uso de tecnopolíticas no objeto em estudo, identificando convergências e caminhos a percorrer para o desenho do observatório. Discute-se, também, os primeiros passos no papel da hibridização das redes nos processos participativos e colaborativos de regeneração urbana em Lisboa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Felix Stalder (2018), a cultura digital reflete-se na participação de cada vez mais pessoas nos processos culturais, disputando dimensões de existência através de atividades sociais cada vez mais intermediadas por dispositivos tecnológicos. O autor identifica duas tendências políticas que emergiram das relações sociais forjadas sob a condição digital, na crise da democracia liberal: (1) pós-democracia; e (2) *commons*. A primeira refere-se às práticas que, apesar de expandirem a capacidade de comunicação social, limitam a possibilidade de os participantes tomarem decisões. São exemplos os dispositivos e processos forjados sob o conceito de *smart city* que redesenham sistemas operacionais das cidades numa abordagem tecnocrática, pouco transparente e proprietária, geralmente pautada por grandes empresas como a IBM, Cisco, Siemens e outras (TOWNSEND, 2014).

Sob a perspectiva do *commons* está a criação de instituições que combinam a participação com a tomada de decisões, integrando as dimensões econômica, social e ética das relações (STALDER, 2018). A difusão das tecnologias digitais, especialmente de informação e comunicação (TIC), facilita a mobilização de cidadãos em torno de práticas de construção de comuns urbanos, experimentando a produção e gestão de recursos tangíveis e intangíveis (STAVRIDES, 2016; BOLLIER & HALFRICH, 2019).

Urbanismo tático, práticas de planeamento urbano colaborativo e a exploração de dados abertos para a produção de dispositivos tecnológicos com fins cívicos, são alguns dos exemplos do que Martijn de Waal e Michiel de Lange (2019) definem como *hacking cívico*, práticas que ambicionam a criação e o domínio do bem comum. Em oposição à *smart city*, os autores sugerem a *hackable city*, ou seja, a exploração das tecnologias digitais de forma estratégica, alinhando as iniciativas cívicas a processos democráticos de cogovernança.

Assim, a emergência de novos atores políticos, da ação híbrida (*online e offline*) mediada por atores humanos e não humanos, posicionam as tecnopolíticas como ‘espaço de intervenção’ e ‘paisagem de possibilidades’ (TRERÉ & BARRANQUERO, 2018). Nesta paisagem, dão-se disputas políticas em que, também, emergem forças conservadoras e intensificam a produção

de um *'tecnocapitalismo'* (KELLNER, 2001). Por outro lado, também potencia a ação de movimentos sociais e da cidadania ativa, oferecendo novas formas de articulação dos problemas reais que encontram, cujo sucesso ainda demanda análises e reflexões críticas.

Para Javier Toret Medina (2015), tecnopolítica não se restringe ao *ciberativismo*, é uma apropriação das ferramentas digitais para a organização da ação coletiva, conectando corpos e cérebros numa rede distribuída pela multidão conectada, como exposto no mapa conceitual da tecnopolítica (Figura 1).

Figura 1. Mapa conceitual da tecnopolítica.



Fonte: Adaptado pelas autoras, a partir de Medina (2015), p. 64. Disponível em: <https://bit.ly/2Ko9KDq>

Kurban et al. (2016) propõem um esquema conceitual que é ainda mais claro. Analisando as tecnopolíticas quanto ao seu propósito, os autores identificam quatro níveis políticos da ação: (1) comunicativo, quando a tecnologia é usada para difundir informação ou para influenciar opiniões, muitas vezes através do uso dos media e redes sociais; (2) legal, quando a tecnologia é usada de forma a 'digitalizar' processos existentes do exercício do direito, como na realização de petições *online* e criação de plataformas para referendos; (3) organizacional, quando a tecnologia é usada para a comunicação e organização internas, por exemplo, através de campanhas de *crowdsourcing* ou *crowdfunding*; (4) institucional, quando a tecnologia é associada a políticas participativas dirigidas no governo e permitem o compartilhamento de tomadas de decisão, por exemplo, nos orçamentos participativos ou em práticas de *codesenho* de políticas públicas.

Além do propósito, o esquema conceitual de Kurban et al. (2016) inclui outras cinco dimensões: (1) o contexto, relacionado com o nível de liberdade civil em que se dá a produção tecnopolítica, se no exercício da liberdade, no processo de empoderamento ou na governança; (2) a escala, referente à estrutura da geografia política em que se dá a ação, podendo ser comunal (local), regional, estatal ou internacional; (3) a direção, referente à natureza multiescalar das tecnopolíticas que, assentes na comunidade, aproxima-a às arenas globais afetando processos e protocolos intermediários; (4) os atores, em sua multiplicidade e diferentes níveis de participação, podendo ser institucionais, individuais ou coletivos; e (5) o espaço, *multilayer*, caracterizado pela sincronização de singularidades antes dispersas, que encontram no ciberespaço a capacidade de organização e feedback para redefinir o espaço físico em 'nós' de conhecimento. Na figura 2 é possível observar o esquema com as seis dimensões que servem de base ao presente estudo.

TECNOPOLÍTICA:

Figura 2. Esquema conceitual da tecnopolítica.

Fonte: Das autoras, a partir de Kurban et al. (2016).

Quanto aos novos atores, Stalder (2018) destaca as ‘comunidades de prática’ como os espaços privilegiados, na cultura digital, para o desenvolvimento de recursos materiais e organizacionais que moldam a identidade e a ação coletiva dos seus integrantes. *Hackers, makers, ativistas*, têm em comum a ação e produção de conhecimento e significados sobre um campo de prática específico, tendo a comunicação como eixo fundamental de existência.

Os novos meios – internet e *Web 2.0*, *smartphones*, recursos de *data mining*, inteligência artificial etc. – oferecem capacidade de armazenar maiores quantidades de informação, organizar processos deliberativos, suportar colaboração e inovação (DE WAAL & DE LANGE, 2019). Desta forma, as tecnopolíticas habilitam, igualmente, redes sociotécnicas construtoras de contranarrativas e epistemologicamente enriquecedoras (GUTIERREZI & MILANII, 2013). Mapear as redes tecnopolíticas, conhecer os dispositivos gerados e seu potencial, compreender a forma como criam identidades e redes de colaboração, quais os interesses que movem as ações empreendidas, são tarefas estratégicas não só para garantir a inclusão desses novos atores nos processos do *design* como, também, para aproveitar o conhecimento produzido nessas práticas, em processos de inovação aberta.

MATERIAIS E MÉTODOS

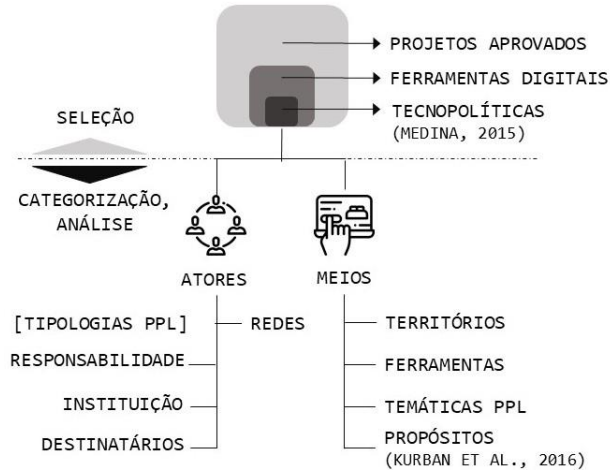
A partir das reflexões traçadas acima, tornou-se premente analisar a ação tecnopolítica no contexto do BIP/ZIP. A análise consiste no levantamento de projetos tecnopolíticos, a partir do mapa conceitual de Medina (2015), e a classificação de atores, redes e meios, tendo em conta dois aspetos: (1) as tipologias definidas no PPL, descritas a seguir; e (2) as categorias relativas aos propósitos assinaladas por Kurban et al. (2016) (Figura 3).

Como fonte de recolha de dados foi utilizada a plataforma do PPL da Câmara Municipal de Lisboa (CML)ⁱ que disponibiliza as fichas de candidaturas de projetos apresentadas em todos os ciclos de financiamento do programa (2011 a 2019), de onde se extraiu somente os projetos aprovados. A informação encontrada responde às regras do PPL, que determina que os projetos sejam realizados em parcerias (mínimo de uma entidade promotora e uma parceira), com a indicação dos territórios de ação, temáticas e destinatários preferenciais, ser baseados em diagnósticos, definir objetivos e um plano de sustentabilidade das atividades.

A identificação dos projetos tecnopolíticos fez-se em duas etapas: (1) pesquisa nos textos das candidaturas pelas palavras-chave “plataforma”, “digital” e “online”, resultando em uma amostra de projetos que planejaram o uso de ferramentas digitais; e (2) leitura dos objetivos dos projetos pré-selecionados em busca das propostas que atendessem ao mapa conceitual das tecnopolíticas, proposto por Medina (2015) e explicado na Fig. 01, isto é, a criação de redes orientadas para ações coletivas concretas no espaço urbano, articuladas com os propósitos de suas coletividades.

Figura 3. Análise da ação tecnopolítica no contexto do BIP/ZIP.

Fonte: Das autoras.



Para a classificação dos atores, utilizaram-se as categorias definidas no PPL: (1) classificam as entidades quanto à responsabilidade legal e financeira que assumem sobre os projetos, podendo ser promotoras ou parceiras; (2) classificam as entidades segundo 18 tipos de instituiçãoⁱⁱ; (3) classificam os destinatários preferenciais dos projetos em sete tipos: crianças, jovens, idosos, famílias, comunidades, adultos e outros. Para a análise das redes formadas em torno dos projetos, utilizou-se a plataforma kumu.ioⁱⁱⁱ, para a visualização das redes de colaboração de cada projeto e as intersecções entre elas, destacando as entidades promotoras das parceiras, identificando os tipos de instituições de cada uma, e os destinatários preferenciais.

Para análise dos meios, procurou-se identificar: (1) os territórios de ação; (2) as tecnologias aplicadas, destacando os tipos de ferramentas e *softwares* utilizados; (3) os propósitos políticos, segundo as categorias do esquema conceitual de Kurban et al. (2016): comunicação, legalização, organização e institucionalização; e (4) as temáticas dos projetos, que segundo o PPL podem ser: *Melhorar a Vida no Bairro*, *Promover Competências e Empreendedorismo*, *Reabilitar e Requalificar os Espaços*, *Promover a Inclusão e a Prevenção* e *Promover a Dinamização Comunitária e a Cidadania*.

Em suma, a leitura analítica (Figura 3) pretende: (1) revelar a utilização de tecnopolíticas no âmbito do BIP/ZIP; (2) identificar experiências de articulação em rede auto organizadas pelas comunidades de prática, isto é, as redes de parcerias e destinatários formadas em torno dos projetos; (3) medir a incidência das tecnopolíticas nos territórios; e (4) aferir as características das ferramentas produzidas, no sentido de tirar orientações para o desenho do OBZ.

RESULTADOS

O estudo partiu das informações fornecidas nas fichas de candidaturas dos 354 projetos BIP/ZIP aprovados entre as edições 2011 e 2019 do PPL. Alguns projetos ofereceram maior dificuldade para a obtenção de informação, uns porque os dispositivos digitais criados já não estavam mais em utilização, outros porque ainda não haviam sido finalizados.

Do primeiro filtro com as palavras-chave extraiu-se 70 projetos que planearam, em suas candidaturas, o uso de ferramentas digitais. Da leitura dos objetivos desses projetos, segundo o mapa conceitual de Medina (2015), extraiu-se uma amostra de estudo com 19 projetos tecnopolíticos, relacionados na Tabela 1 com as seguintes informações: ano da edição de financiamento; nome; as entidades promotoras dos projetos; e os endereços eletrônicos das plataformas, algumas já descontinuadas.

Os projetos BIP/ZIP têm ciclos definidos de ação, no entanto, algumas tecnopolíticas tiveram desdobramentos em mais de um projeto ou ciclo de financiamento, articulados pelos mesmos promotores, como é o caso de: *DNA Lisboa II* e *Rede Rés-do-Chão*, proposto pelas entidades Rés do Chão e Praga Associação Cultural para a elaboração faseada de um mapeamento de imóveis devolutos e redes de serviços; as várias redes profissionais articuladas pelo estúdio de arquitetura Artéria, a partir de levantamentos, mapeamentos, e sistematização de bancos de dados; e os projetos realizados no bairro Casal Ventoso pela entidade Projecto Alkantara, com o objetivo de fortalecer o sentido de comunidade do bairro e sua imagem positiva.

Ano	Nome do Projeto	Entidades Promotoras	Endereço Eletrônico
2011	Agulhanumpalheiro - Portal de Casas	Artéria	http://www.agulhanumpalheiro.pt/
2013	Rede de Carpintarias de Lisboa	Artéria	http://redecarpintarias.org/
2014	DNA Lisboa II	Rés Do Chão Praga Associação Cultural	http://resdochao.org/projectos/plataforma-res-do-chao/
2014	Operação Skyline	Artéria	http://lisbonskyline.pt/
2015	Rede Rés do Chão	Rés Do Chão	http://resdochao.org/projectos/plataforma-res-do-chao/
2015	Projecto D'Ajuda	Clube Intercultural Europeu Localsapproach Associação De Apoio E Segurança Psico-Social	https://www.yrpri.org/group/684
2016	LXConnect	Centro Social Da Musgueira	https://www.lxconnect.org/
2016	Rede de Artes e Ofícios de Lisboa	Artéria	https://www.redearteseoficios.pt/
2016	Muita Fruta	Acpm Associação Cozinha Popular	https://www.muitafruta.org/
2016	C3-Centro Comunitário da Curraleira	Clube Intercultural Europeu	https://novobancocrowdfunding.pt/c3
2017	Memórias do Casal Ventoso	Projecto Alkantara	https://projectoalkantara.squarespace.com/nucleointerpretativodocasalventoso
2017	Rede dos Construtores de Lisboa	Artéria	https://www.rededosconstrutores.pt/
2017	Fórum Urbano	Localsapproach	https://forumurbano.pt/
2018	Construir Comunidade	Associação Santa Teresa de Jesus	em construção
2018	Levantar o cerco às Colinas	Cooperativa BTUIN CrI	https://www.facebook.com/pg/levantarocercoascolinas/posts/
2019	Escolas Amigas da Igualdade - EAI	Associação Para o Planeamento da Família	https://www.escolasamigasdaigualdade.pt/
2019	Casal Ventoso - Fazemos Acontecer	Projecto Alkantara	https://bit.ly/2ZCCyxQ
2019	Germinar um banco de sementes	Margens Simples	https://www.facebook.com/germinarBancoSementes/
2019	Redes Sociais Saudáveis-Games 4 All	Associação de Inter-Ajuda de Jovens «Eco-Estilistas»	https://bit.ly/3frbwQg

Tabela 1. Amostra de estudo.

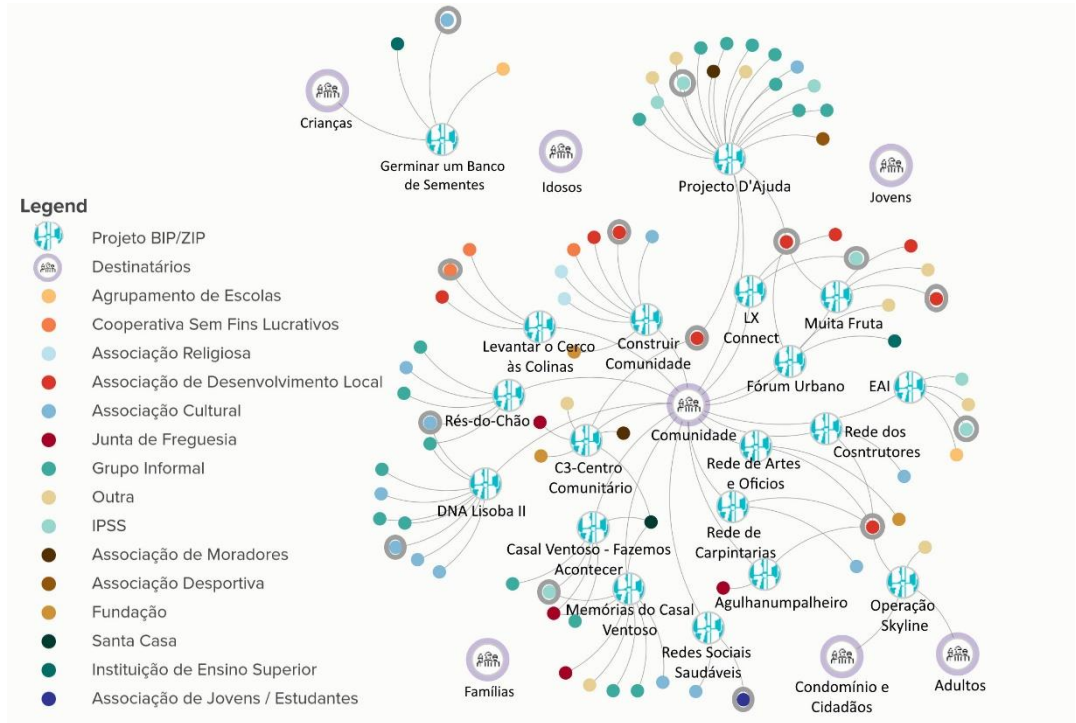
Fonte dos dados: Plataforma do PPL, <http://bipzip.cm-lisboa.pt/>.

REDES DE ATORES

A visualização das redes de atores permitiu identificar 77 entidades, entre promotoras e parceiras. A Figura 4 ilustra as redes de colaboração formadas, relacionando os projetos, os destinatários e as entidades, categorizadas por sua tipologia de instituição e destacadas quando promotoras. Observa-se a tendência por formação de redes maiores do que o mínimo exigido pelo PPL (1 promotora + 1 parceira), formadas por parceiros de tipologias variadas, muitas vezes em intersecção com outras redes através das promotoras, demonstrando o papel mobilizador dessas entidades.

Figura 4. Rede de atores (entidades e destinatários) dos projetos. Os nós de entidades com sombra acinzentada identificam as entidades promotoras, as demais atuaram como parceiras.

Fonte: Ilustração gerada pelas autoras através da plataforma kumu.io. Disponível em: <https://bit.ly/3dUfnF8>. Informações obtidas na plataforma do PPL: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/>



A tipologia de instituição mais frequente são os *Grupos Informais*, representados por 18 entidades. Apesar de as regras do PPL só permitirem a atuação dos *Grupos Informais* como parceiros dos projetos, uma vez que as entidades promotoras têm de assumir responsabilidades jurídicas e financeiras, tais grupos são muito frequentes nas redes formadas, o que aponta para a um estímulo, nessas práticas, à formação de novas coletividades ou à efemeridade das mesmas, criadas para a circunstância de ações específicas.

Dentre as promotoras, as tipologias mais frequentes são: *Associação de Desenvolvimento Local*, *Associação Cultural* e *IPSS*. Em todo o universo BIP/ZIP, as *Associações de Desenvolvimento Local* representam um considerável número de ateliers de jovens arquitetos como os *Locals Approach* e *Artéria*, responsáveis por 7 dos 19 projetos estudados, com práticas voltadas para a leitura dos territórios e identificação de oportunidades de ação e articulação de redes.

Os tipos de instituições menos frequentes na amostra são as *Associações de Jovens / Estudantes* e *Desportiva*, com uma entidade cada uma, além de três tipologias ausentes. Importa referir que as entidades se autodeclaram na definição tipológica de suas instituições e que a base de dados demonstra alguns equívocos nessas informações. Por outro lado, essa classificação, inicialmente com 12 tipologias, foi aumentada a partir de 2018, o que justifica a baixa quantidade de entidades em tipologias como *Organização não Governamental*, que passou a ser uma opção apenas recentemente.

O *Projecto D'Ajuda*, promovido pela Locals Approach, é o que tem a maior rede de entidades (quase metade são Grupos Informais) e, junto com os projetos C3 e os dois realizados no Casal Ventoso, formam o maior *cluster* de colaboração. Somente 6 dos 19 projetos estudados (4 propostos no ano corrente) constituíram redes de colaboração sem nenhuma intersecção com as demais.

Comunidade é a destinatária preferencial de 17 dos 19 projetos estudados. As exceções são *Germinar um Banco de Sementes*, voltado para as *crianças*, e *Operação Skyline*, voltado para *adultos e condomínios e cidadãos*, inserido como *outros*. As outras categorias não são foco dos projetos tecnopolíticos estudados.

DISPOSITIVOS TECNOPOLÍTICOS

Os projetos tecnopolíticos selecionados abrangem todos os territórios BIP/ZIP, com maior incidência nos territórios mais centrais. Tal pode ser explicado pela presença de muitas entidades na região central da cidade, pelo foco dado pela mídia e outras políticas de desenvolvimento urbano a essa mesma região e, igualmente, pela presença de destinatários mais familiarizados com as ferramentas digitais. A Fig. 05 mostra-nos o mapa de Lisboa e os territórios prioritários identificados segundo a ocorrência de projetos tecnopolíticos da amostra de estudo.

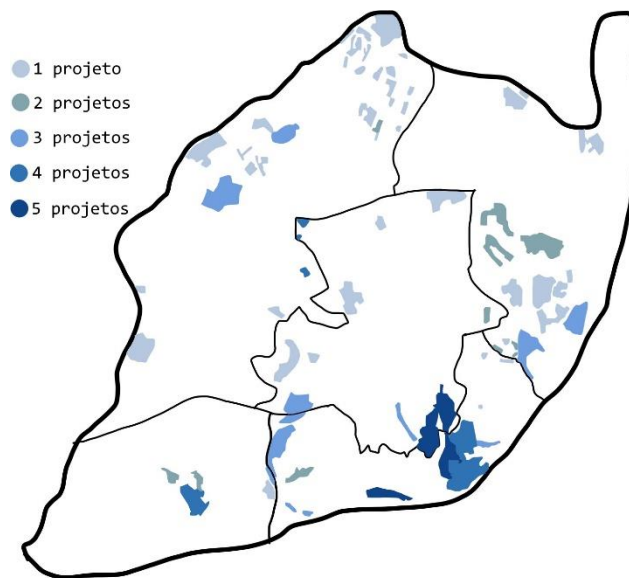


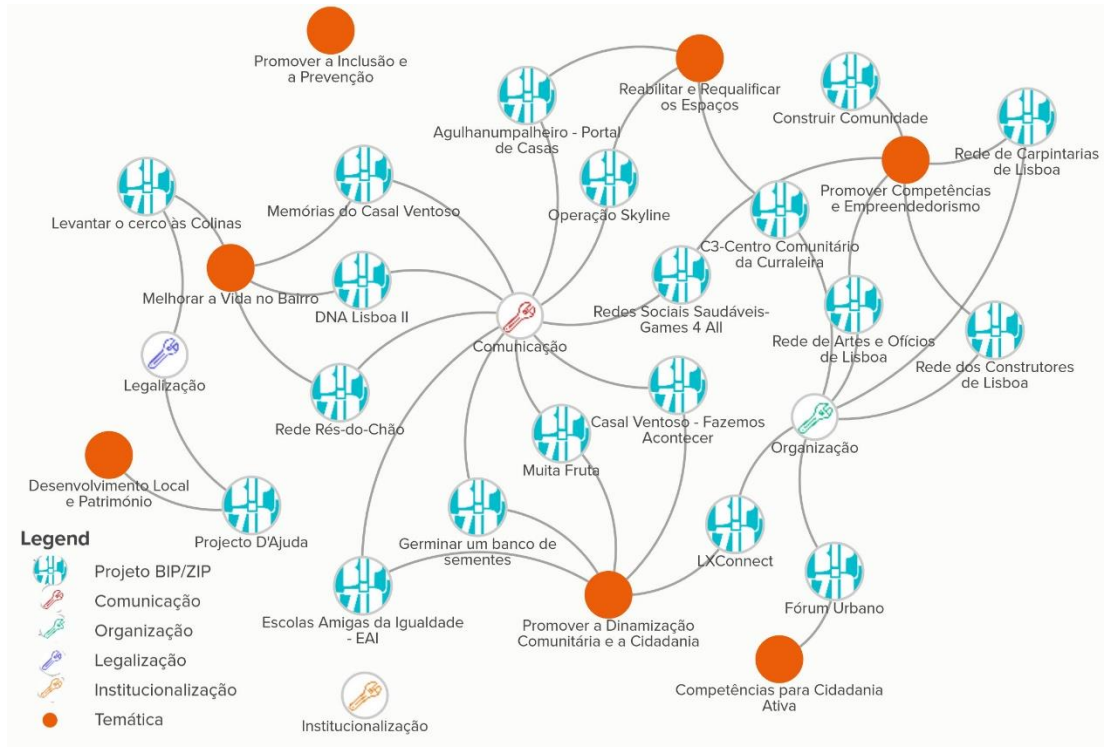
Figura 5. Territórios BIP/ZIP ilustrados quanto à incidência dos projetos tecnopolíticos da amostra de estudo.

Fonte: Das autoras, a partir de informações disponíveis em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/>

A Figura 6 revela a relação entre projetos, temáticas e propósitos. Em relação à temática há um maior equilíbrio, sendo *Promover Competências e Empreendedorismo* e *Promover a Dinamização Comunitária e a Cidadania* as temáticas mais utilizadas, orientando cinco projetos cada uma. Além das categorias estabelecidas pelo programa, este, também, permite aferir outras temáticas, na amostra em estudo, como: *Desenvolvimento Local e Património Cultural* como temática no *Projecto d'Ajuda* e *Competências para Cidadania Ativa* como temática do *Fórum Urbano*, ambos da entidade Locals Approach.

Figura 6. Relação entre projetos, temáticas e propósitos.

Fonte: Ilustração gerada pela autora através da plataforma kumu.io. Disponível em: <http://bit.ly/31e6yT>. Informações obtidas na plataforma do PPL: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/>



O propósito mais frequente na amostra é o da comunicação (13 de 19), seguido pela organização e legalização. Nenhum projeto adota tecnopolítica com propósito institucional, o que demandaria uma articulação maior com o poder público local, ainda não percebida nesses projetos. Já a comunicação pode ser compreendida como um nível inicial no processo de articulação entre atores e causas, o que pode explicar sua predominância na amostra.

Relativamente às ferramentas digitais utilizadas, foram identificadas plataformas, no geral desenvolvidas a partir de *softwares open source*, para alojamento de mapeamentos colaborativos, bancos de dados, canais para deliberação e votação de ideias, plataformas para trocas de serviços, produtos e tempo, canais para campanhas de comunicação e financiamento coletivo, distribuição de material informativo e manuais, produção e distribuição de material audiovisual e articulação de redes.

A associação Rés-do-Chão construiu a sua Plataforma homônima através de dois projetos (*Rede Rés do Chão* e *DNA Lisboa II*). A plataforma parte do mapeamento de imóveis vazios no nível térreo dos edifícios identificando os respectivos proprietários para articular a ocupação desses imóveis. Na etapa seguinte, articulou uma rede de serviços entre comerciantes, artistas, moradores etc. para divulgar as atividades do bairro. A plataforma organizava o campo de ação da entidade, cujo objetivo é contribuir para a vitalidade das ruas a partir da reocupação temporária dos imóveis. Inicialmente instalados e atuantes em território no Centro Histórico, agora estão instalados na zona Ocidental da cidade.

O projeto *Muita Fruta* propõe um mapeamento colaborativo das árvores frutíferas nos logradouros urbanos da cidade. Utiliza a base do *OpenStreetMap* e a plataforma *Lealeft* para a programação do mapa. Lançado em 2017, ainda tem poucas inserções.

Nas três Redes que propôs - de *Carpintarias*, de *Artes e Ofícios* e de *Construtores de Lisboa* - o atelier de arquitetura Artéria buscou visibilizar saberes tradicionais necessários para que a requalificação em curso na cidade respeitasse seu patrimônio material e imaterial. Os três projetos compreendem o mapeamento de oficinas e atores e a construção de redes através da produção de conteúdo sobre os temas e elementos mapeados, disponibilizados em plataformas

próprias. Como parte da estratégia para ampliar e fortalecer as redes, também são promovidas rodas de conversa e ações de formação.

Outro projeto realizado pelo atelier Artéria, a *Operação Skyline* buscou reativar as coberturas dos edifícios da cidade, apresentando para tal uma solução arquitetônica, jurídica e ambiental. O projeto, inserido na representação portuguesa da *Biennale di Venezia 2014*, oferecia um sítio eletrônico para inserções voluntárias de ‘condomínios’ e ‘investidores’, disponibilizando seus imóveis ou demonstrando interesse em investir. A plataforma oferecia um arranjo para a viabilização das coberturas, antecipava questões frequentes e disponibilizava manuais para os ‘condomínios’ e os ‘investidores’.

Os projetos *Memórias do Casal Ventoso* e *Casal Ventoso – Fazemos Acontecer* atuam na comunidade oriunda do realojamento do bairro Casal Ventoso, buscando a transformação positiva da imagem da comunidade, e a aquisição de novos modelos de cidadania. O primeiro criou o *Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso*, plataforma digital que disponibiliza vídeos e fotos com o levantamento das memórias e histórias de vida dos moradores. O segundo está a criar um Jornal Digital para denunciar as diversas realidades do bairro.

Os outros três projetos do ciclo de 2019, similarmente, tem propósitos comunicativos. A Associação para o Planeamento da Família pretende implantar em várias instituições o modelo *Escolas Amigas da Igualdade (EAI)*, em projeto homônimo, discutindo de forma participada a implementação de políticas de gênero nas escolas. Propõe a utilização de plataforma *online* para disseminação do guião EAI além de outros produtos e jogos criados em projetos BIP/ZIP anteriores. O projeto *Germinar um Banco de Sementes* propõe a formação de um banco de sementes que terá catálogo disponibilizado online e acessível a qualquer cidadão, com o objetivo de promover o consumo responsável e formas de circularidade da economia. O projeto *Redes Sociais Saudáveis – Games 4 All* vai promover a conscientização sobre o uso adequado e saudável das redes sociais utilizando, dentre outras coisas, a produção de material multimídia e jogos.

Outros quatro projetos tiveram como principal propósito político a organização. *LXConnect* é uma aplicação para *smartphones* (disponível para *IOS* e *Android*, também acessível por *desktops*) criada pelo Centro Social da Musgueira, que consiste numa rede comunitária para oferta e pedidos de bens e serviços, cuja navegação dá-se por mapa ou catálogo.

O projeto *C3-Centro Comunitário da Curraleira* utilizou a plataforma *Novo Banco Crowdfunding* para financiamento das novas instalações do centro comunitário.

O projeto *Fórum Urbano* desenvolveu uma plataforma de partilha de dados sobre os projetos BIP/ZIP. Tem navegação por mapa e por catálogo com as fichas de cada projeto, com filtros por localização, entidade, ano, tema, destinatários e modos de fazer. Utiliza dados dos projetos realizados entre 2011 e 2016 em todos os territórios, cuja fonte é a plataforma do PPL. O desenvolvimento da plataforma envolveu, igualmente, a realização de eventos e fóruns de partilha em vários territórios e discutiu a necessidade de criação de ferramentas que auxiliassem a colaboração entre os projetos. Na ocasião da pandemia de COVID-19, em 2020, a plataforma ganhou nova camada de mapeamento, com as iniciativas de respostas das entidades BIP/ZIP à situação pandémica.

O projeto *Construir Comunidade* propõe a criação de um Banco de Tempo gerido através de uma plataforma *online*. No entanto, ainda em construção.

Os últimos dois projetos da amostra desenvolveram tecnopolíticas com o propósito de digitalizar processos legais, especificamente canais de participação. O *Projecto D’Ajuda*, continuação de um outro projeto BIP/ZIP realizado em 2013, o *2 de Maio Todos os Dias*, lançou o *Observatório D’Ajuda*, consistindo na elaboração de um diagnóstico participado da região, para a articulação de micro intervenções que viessem ao encontro das observações e ideias

levantadas. O observatório recolheu ideias através da plataforma *Your Priorities* (uma aplicação para *eDemocracy* da *Citizens Foundation*^{iv}), mapeadas pelo *Google Maps*. Tendo suas atividades financiadas pelo PPL finalizadas em 2016, datam daí as últimas inserções.

No projeto *Levantar o Cerco às Colinas*, cuja plataforma, ainda, está em construção, propõe ativar a participação digital em territórios históricos sob processo de gentrificação, a partir da utilização da plataforma *open source Decidim* e da plataforma *Lisboa Histórica para Todos*, criada por outro projeto BIP/ZIP.

Os resultados deste estudo revelam que o acesso ao financiamento do PPL e a maturidade das comunidades de práticas que vão se formando ao longo do tempo, permitem o prolongamento de algumas ações e campanhas por mais projetos, seja quando são executados por fases, seja quando as ferramentas produzidas são apropriadas por outras entidades e comunidades, para novos fins.

É importante realçar que o estudo se baseou na leitura das candidaturas dos projetos e na visualização e interação com as plataformas disponibilizadas. Assim, a informação contida nas fichas de candidaturas reflete somente as intenções dos projetos. Para averiguar resultados mais específicos no território, são necessários meios mais adequados de trabalho de campo, não descritos neste estudo que se apresenta. Todos estes passos reforçam a pertinência da criação de um observatório.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O estudo realizado permite aferir que os dispositivos tecnopolíticos, nos projetos BIP/ZIP, são ferramentas de apoio à ação das entidades nos territórios e procuram dar respostas a necessidades práticas como o acesso a um espaço físico de trabalho ou o mapeamento dos atores, bem como identificação de recursos das redes laborais em que estão envolvidos.

Nos projetos analisados, a dimensão digital revela-se importante no reforço e expansão de uma articulação que já é feita nos territórios pelas comunidades de prática. O uso de tecnopolíticas no BIPZIP permite organizar campos de ação, campanhas de comunicação, levantamento de informações e canais de colaboração, dando maior visibilidade às suas necessidades e novos meios para resolver problemas e reforçar potencialidades.

A produção *bottom-up* de ferramentas tecnopolíticas é campo fértil para inovação social, na medida em que possibilita a aprendizagem de novas competências da cultura digital, tanto pelos cidadãos quanto pelas entidades, instrumentalizando-os para novas frentes de trabalho e de ação política. No entanto, a aprendizagem e a inovação possibilitada por essas práticas dão-se de forma claramente desigual entre os territórios prioritários, conforme demonstrado na Fig. 05, reforçando a importância da hibridização entre as dimensões física e digital desses processos, para a expansão da participação cidadã, de forma inclusiva.

Da análise das plataformas *online* mapeadas, é evidente a dificuldade de manutenção, não só das mais antigas, algumas das quais já descontinuadas, como de outras mais recentes. Isto pode-se explicar pelo fato de que os financiamentos obedecem a um cronograma de realização de um ano, e todo o investimento necessário depois desse período tem de ser sustentado pelo projeto ou pela rede que o mantém. Por outro lado, criadas para difundirem campanhas ou para apoiarem ações definidas, findam quando alcançam seus objetivos.

Acresce, a dificuldade de utilização de algumas das ferramentas. Várias das plataformas estudadas não demonstram grande performance, nem todas estão associadas a páginas em redes sociais e as que estão não demonstraram campanhas com grande *virabilidade*, o que pode advir da inadequação da ferramenta aos destinatários ou ação.

Os bancos de dados formados nos projetos analisados, bem como os mapeamentos criados são alimentados por levantamentos *in loco* ou da colaboração entre os participantes nas comunidades de práticas. Poucas plataformas estudadas exploram a utilização dos dados abertos disponibilizados pelo município de Lisboa ou por outras organizações, o que também pode refletir uma falta de competência técnica para tal. Por um lado, isso demonstra a necessidade de as comunidades de prática obterem novos dados além daqueles que compõem os bancos oficiais; por outro, demonstra o potencial a explorar na combinação dessas duas formas de levantamento e produção de informações. Estudos futuros poderão indicar, ainda, a adequação à utilização pela iniciativa local, das plataformas de dados abertos disponibilizadas pela CML, por exemplo, em relação aos tipos de dados fornecidos e às formas de disponibilização.

A produção de informação pelas tecnopolíticas analisadas, bem como a experimentação que fazem de arranjos colaborativos e canais de deliberação, são fatores que devem ser explorados no desenho do OBZ. A necessidade de garantir o funcionamento das ferramentas e sua manutenção ao longo do tempo deve ser avaliada em alinhamento com as comunidades que a vão utilizar, duração das atividades ou campanhas de comunicação e etapas na perseguição dos objetivos traçados pela ação coletiva.

Enquanto comunidades de práticas (STALDER, 2011), a partilha de experiências e capacidades de inovação e mobilização são de grande importância para o desenvolvimento das entidades, que encontram nas tecnopolíticas meios potentes para tal. Deve-se ter em atenção que o PPL foi lançado numa altura de grande crise econômica em Portugal, sendo percebido por muitas entidades, destacadamente ateliers de arquitetura e associações culturais, como oportunidade de financiamento para suas atividades. Estudos futuros poderão demonstrar se as alterações que a cidade sofreu nos últimos anos – primeiro a crise e depois os grandes investimentos para a reabilitação de espaços públicos e para a indústria do turismo, ainda que em doses desiguais para as diferentes zonas da cidade (SEIXAS et al., 2019) - também, interferiram nas redes de colaboração forjadas nos territórios BIP/ZIP.

No contexto abrangente de regeneração urbana do PPL, as temáticas mais frequentes na amostra de estudo referem-se à formação de competências e ao exercício da cidadania. O OBZ poderia ajudar a construir uma análise que cruzasse os investimentos públicos destinados aos territórios BIP/ZIP e as temáticas adotadas pelos projetos, evidenciando se eles estão a contribuir para a solução dos problemas, somente desfrutando dos investimentos injetados ou se estão totalmente alheios às dinâmicas territoriais de macroescala.

A análise das redes de colaboração é útil para o desenho do OBZ, no sentido de identificar os atores com maior proximidade aos territórios e às comunidades de prática, com maior capacidade de difundir informações para o resto da rede e estimular o seu engajamento. No entanto, o estudo limita-se à interpretação dos projetos conforme apresentados em candidatura ao PPL. Novos estudos, através de métodos etnográficos, poderiam averiguar melhor, nos territórios, a influência dessas comunidades de prática, não só nos projetos BIP/ZIP, como também em outras práticas importantes para o desenvolvimento local.

Em suma, o presente estudo pode orientar o desenho de metodologias e dispositivos de participação e colaboração, trazendo a identificação de discussões que são consideradas urgentes pelas comunidades de prática, a expertise que já desenvolveram na manipulação tecnológica dos dispositivos criados e as dificuldades que encontram na realização e avaliação de suas ações, no atual contexto de abertura à contribuição de atores tão diversos.

Os resultados permitem discutir o panorama das tecnopolíticas utilizadas nos projetos BIP/ZIP, as quais desvelam camadas de informações sobre os territórios e comunidades, fortalecem redes de colaboração, afirmam identidades e desenvolvem competências sociotécnicas. A compreensão aprofundada dessas práticas é ponto de partida para o desenho

do OBZ. Este permitiria alcançar as necessidades das comunidades de prática, oferecendo-lhes ferramentas adequadas às suas competências e contextos prioritários. O OBZ poderia funcionar como plataforma híbrida (física e digital) em apoio aos processos BIP/ZIP, monitorização de seus efeitos e base para a colaboração dos vários atores.

Referências Bibliográficas

ALLEGRETTI, G.; TANG, A.; SECCHI, M. Escalas Híbridas de Engajamento Social: Como a Integração de Tecnologias Pode Ampliar os Processos Participativos. In: BALBIM, Renato (org.). **Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas**. Brasília: Ipea, 2016.

ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. *AIP Journal*, 1969, p. 216 a 215.

BOLLIER, David; HELFRICH, Silke. **Free, fair, and alive: the insurgent power of the commons**. Gabriola Island, Canada: New Society Publishers, 2019. ISBN 9781550927146

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML). **O PLH em Acção - Programa Local de Habitação de Lisboa. Relatório da 3ª Fase: Concretizar**. Lisboa, 2012. Recuperado de: <https://bit.ly/2rX83SS>

CASTELLS, M. Digital. *La Vanguardia*. Opinión, 25 Abr. 2020. Recuperado de: <https://bit.ly/2MKgBqf>

DE LANGE, M.; DE WAAL, M. (Ed.). **The Hackable City. Digital Media and Collaborative City-Making in the Network Society**. Singapore: Springer, Open, 2019.

FARIAS, A. C. C.; PAIO, A. OBZ em Lisboa: Contribuição das plataformas informacionais e interativas para potencializar os observatórios. **Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos | As Metrôpoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças**. Eixo 2: Gestão e Governança Urbana. Sessão 2.3 Regimes Urbanos. P. 1874-1890. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional / Observatório das Metrôpoles, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2RN9ejy>

FOTH, M.; BRYNSKOV, M., OJALA, T. (eds.). **Citizen's Right to the Digital City**. Singapore: Springer Science+Business Media, 2015. DOI http://dx.doi.org/10.1007/978-981-287-919-6_11.

GUTIERREZI, Miren; MILANII, Stefania. Technopolitics in the Age of Big Data: The Rise of Proactive Data Activism in Latin America. In: CABALLERO, F. Sierra; GRAVANTE, Tommaso (Ed.). **Networks, Movements & Technopolitics in Latin America: Critical Analysis and Current Challenges**. Palgrave Macmillan, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-65560-4_5

HAN, Byung-Chul. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: **Sopa de Wuhan**. ASPO-Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio, s.l. Mar. 2020.

KELLNER, D. Globalisation, Technopolitics and Revolution. *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, 2001, (98), 14-34.

KURBAN, H. C.; PEÑA-LÓPEZ, I.; HABERER, M. What is technopolitics? A conceptual scheme for understanding politics in the digital age. **Proceedings of the 12th International Conference on Internet, Law & Politics, Building a European digital space**, 499-519, 2016.

MAINKA, A.; HARTMANN, S.; MESCHEDÉ, C.; STOCK, W. G. Open Government: Transforming Data into Value-Added City Services. In: FOTH et al. (eds.) **Citizen's Right to the Digital City**. Singapore: Springer Science+Business Media, 2015.

PATEMAN, Carole. Participatory Democracy Revisited. **APSA Presidential Address**. March 2012, Vol. 10, N. 1. doi: <http://dx.doi.org/10.1017/S1537592711004877>.

SEIXAS, João; TULUMELLO, Simone; ALLEGRETTI, Giovanni. Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 221-251, jan/abr 2019.

STALDER, Felix. **The Digital Condition**. Cambridge, Medford: Polity Press, 2018.

STAVRIDES, Stavros. **Common Space. The City as Commons**. London: Zed Books, 2016.

MEDINA, J. T. (coord.). **Tecnopolítica Y 15M: La potencia de las multitudes conectadas. Un estudio sobre la gestación y explosión del 15M**. Barcelona: UOC Ediciones, 2015.

TOWNSEND, A. M. **Smart Cities. Big data, civic hackers, and the quest for a new utopia**. New York, London: W. W. Norton & Company, 2014.

TRERÉ, E.; BARRANQUERO, A. Tracing the roots of technopolitics: towards a North-South dialogue. In: Francisco Sierra; Gravante, Tommaso (ed.) **Networks, Movements and Technopolitics in Latin America. Critical Analysis and Current Challenges**. N.I.: Palgrave Macmillan, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-65560-4>.

Ana Carolina C. Farias
carol@sobreurbana.com

Alexandra Paio
alexandra.paio@iscte-iul.pt

Notas

ⁱ Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/>

ⁱⁱ São eles: Junta de Freguesia, Associação de Desenvolvimento Local, Associação de Moradores, Associação Religiosa, Associação Cultural, Associação Desportiva, Associação de Jovens/Estudantes, Associação de Pais e Encarregados de Educação, Fundação, IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social, Grupo Informal, Outra, ONG-Organização Não Governamental, Santa Casa da Misericórdia, Agrupamento de Escolas, Cooperativa sem fins lucrativos, Associação Recreativa, Instituição de Ensino Superior.

ⁱⁱⁱ Plataforma digital de livre acesso para a organização, visualização e análise de dados, de forma interativa. Disponível em: <https://kumu.io/>

^{iv} Mais informações em: <https://citizens.is/>